



## ELETOBRAS DESCUMPRE ACORDOS COLETIVOS E APOSTA NOS CONFRONTOS JUDICIAIS PARA REDUZIR DIREITOS DOS ELETRICITÁRIOS

A orientação da Holding para que as empresas do Sistema Eletrobras procedam a alteração da base de cálculo da periculosidade configura flagrante descumprimento das normativas internas das empresas e também de acordos coletivos de trabalho. Trata-se de uma afronta às entidades sindicais e aos trabalhadores do setor elétrico. Esta posição foi reafirmada pelos dirigentes sindicais na última reunião ocorrida entre os sindicatos que compõem o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) e a Eletrobras, por ocasião da entrega da pauta nacional de reivindicações, dia 10 de abril, no Rio de Janeiro. O argumento da direção das empresas, de que a redução da base de cálculo está baseada em parecer jurídico favorável, é a prova de que a aposta das empresas é no campo das estratégias jurídicas. Esta realidade se reproduz além da esfera das empresas de energia. De acordo com o Jornal O Globo, o número de ações trabalhistas na Justiça em 2012 chegou a 2,2 milhões, uma alta de 5,1%. Para os sindicatos que compõem a Intersul, o teor do parecer jurídico alegado pela Eletrobras foi encomendado pelas direções das empresas. Trata-se de uma opinião dos assessores jurídicos que difere do parecer e da opinião dos assessores jurídicos do meio sindical. O fato é que por trás das estratégias das empresas fica evidente a tentativa de impor aos trabalhadores o retrocesso de benefícios e direitos conquistados ao longo de uma história de lutas. O patrimônio de direitos e conquistas dos empregados do Sistema Eletrobras, é fruto da luta dos eletricitários, travada data-base após data-base, através da organização dos trabalhadores. É, portanto, através desta mesma luta que será possível manter ou ampliar estas conquistas. O recurso à justiça do trabalho certamente fará parte deste contexto de luta, e sempre terá a sua relevância, mas não podemos esquecer que a própria justiça é fruto do parecer dos julgadores, e que já vimos inúmeras vezes decisões contraditórias nas mais variadas esferas. Neste sentido, as entidades representativas dos trabalhadores não se furarão a propor as ações, seja no âmbito da justiça, seja no campo da mobilização e da luta efetiva, para garantir que os trabalhadores não sejam ultrajados. Exemplo disso, as primeiras mobilizações ocorridas na última segunda feira em diversos locais do Brasil, inclusive com paralisação de atividades em algumas regiões. No campo das ações judiciais, já temos notícia de pelo menos uma decisão, ainda que por medida liminar, em favor da manutenção da base de cálculo da periculosidade para os trabalhadores da Eletronorte. Nas bases dos sindicatos que compõem a Intersul foram realizadas assembleias que debateram por várias horas a questão da Periculosidade, bem como a incerteza quanto ao pagamento da PLR de 2012. As assembleias de Florianópolis e de Joinville contaram respectivamente com a presença de Dino e Wanderlei, representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração. Os Conselheiros eleitos relataram a reunião entre os representantes dos trabalhadores no CA e a Diretoria da Eletrosul, ocorrida dia 08/04, onde foi cobrado um posicionamento da diretoria da empresa sobre estas questões que afligem os trabalhadores. Dino e Wanderlei alertaram a diretoria da Eletrosul sobre o enorme passivo trabalhista que estava sendo criado sobre a periculosidade, cobraram também o pagamento da PLR, uma vez que a Eletrobras está distribuindo dividendos, em função do resultado operacional positivo da holding e da obtenção de lucro na Eletrosul. Solicitaram ainda uma posição oficial sobre o desfecho do PID (Plano de Incentivo ao Desligamento). O envolvimento dos representantes dos trabalhadores no CA nestas questões, apesar de cerceado na reunião do conselho pela tese do conflito de interesses, demonstra que também nesta instancia de representação os trabalhadores necessitam estar articulados e em sintonia com a ação das entidades representativas.

Para os sindicatos da Intersul, a luta será intensa e somente as ações na justiça não darão conta de barrar o ataque aos direitos dos trabalhadores. Apenas a união e mobilização da categoria poderão levar a um Acordo Coletivo que contemple os anseios da categoria. **VAMOS À LUTA!**



Assembleia de Florianópolis realizada no dia 15/04

**"O patrimônio de direitos e conquistas dos empregados do Sistema Eletrobras, é fruto da luta dos eletricitários, travada data-base após data-base, através da organização dos trabalhadores"**

### CELESC

*A realidade do atendimento à população*  
**PÁGINA 2**

### CELESC

*Audiência Pública é aprovada na ALESC*  
**PÁGINA 3**

### CULTURA

*Para quem, cara pálida?*  
**PÁGINA 4**



## A REALIDADE DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

Terceirização aumenta em todas as frentes enquanto qualidade do serviço prestado à sociedade ganha cada vez menos importância na Celesc

Prosseguindo na nossa "novela" do atendimento vamos examinar os impactos da precarização do atendimento à população. Enquanto a Diretoria joga dinheiro pela janela com pagamento de multas absurdas e deixa de faturar a energia que deveria vender, a população catarinense sofre com uma prestação de serviço precarizada e com a inexistência de postos de atendimento em muitos locais do estado.

A realidade atual apresenta um serviço de baixíssima qualidade prestado pelas empreiteiras, que exploram os empregados e não consegue manter um quadro minimamente treinado devido à rotatividade. O resultado disso são trabalhadores que não recebem a preparação ideal, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista da conduta profissional. Estes profissionais que deveriam ter treinamento e condições de trabalho da mesma forma que os celesquianos, são aqueles que várias vezes, em atendimentos em unidades consumidoras, cometem erros sérios durante a prestação do serviço, como desligar unidades erradas, reprovar um padrão novo por puro desconhecimento da norma técnica ou ainda tratar de forma grosseira as pessoas no momento de realizar um corte de fornecimento. Além disso, a falta de capacitação e conhecimento técnico expõem esses trabalhadores à riscos de morte iminentes, sendo que o índice de acidentes graves na Celesc só aumenta, acompanhando a triste realidade da terceirização do setor elétrico.

Vale a pena lembrar: no entendimento da Intercel e do Ministério Público, a terceirização praticada pela Celesc é ilegal, uma vez que os terceirizados exercem funções idênticas às dos empregados do quadro próprio sem terem sido admitidos por concurso público, uma exigência constitucional inerente a uma empresa de capital misto como a nossa. Trata de uma mera intermediação de mão de obra, sendo alvo inclusive de ação judicial do MPT com apoio da Intercel. A descontinuidade desses contratos terceirizados é outro furo na gestão da empresa. Entre os meses de janeiro e março deste ano o contrato com algumas destas empreiteiras findou e a população ficou praticamente sem ser atendida uma vez que os trabalhadores do quadro operacional da Celesc, mesmo esforçando-se e se expondo à riscos de saúde e segurança com jornadas excessivas não conseguem atender a sociedade na totalidade. E é ela, a sociedade, que acaba sofrendo. A Celesc restabeleceu os contratos, mas o problema permanecerá enquanto não houver contratação de empregados para o quadro próprio através de concurso público em quantidade suficiente para dar conta da demanda de trabalho.

Foto: Intercel



Loja de atendimento fechada na região da grande Florianópolis

### FECHAMENTO DE LOJAS

Como se não bastasse, a Celesc vem fechando postos de atendimento presencial. Os últimos fechamentos ocorreram nos bairros Rio Tavares e Canavieiras, fato que atingiu ainda mais a população de Florianópolis pois, como já não se tem uma loja de atendimento no centro da cidade, moradores destes bairros e entornos precisam se deslocar até o Continente, em Capoeiras, para receber atendimento.

Além disso, a terceirização desenfreada do atendimento instituída com o programa "Presença Total" que agora é feito em locais inadequados como lojas de produtos eletrônicos, agropecuários entre outros. Tendo consciência da situação desesperadora do atendimento e mantendo uma postura veementemente contrária à terceirização, a Intercel está participando de um grupo de trabalho para quantificar a força de trabalho necessária para o atendimento comercial, com o intuito de encaminhar a recomposição do corpo funcional, contratando trabalhadores através do concurso público para atender a sociedade com qualidade e responsabilidade.

Os sindicatos que compõem a Intercel continuarão, fiscalizando, denunciando e lutando contra o descaso com a sociedade catarinense, os trabalhadores e o patrimônio público.

CELESC

## Essa vaga é minha?

Na Agência Regional de Joinville, vaga de garagem tem dono, com nome e sobrenome. Por conta do tamanho do espaço destinado ao estacionamento ser menor do que o necessário para estacionar o carro de todos os empregados da Regional, alguns empregados acabam tendo que deixar o carro estacionado na rua, exposto ao sol e a chuva. O critério adotado pela Regional é o da antiguidade: as matrículas mais antigas tem prioridade na "nomeação" das garagens. A regra parece simples, mas não é clara: tem empregado que não utiliza carro para trabalhar, mas faz uso da matrícula mais antiga para manter a "posse" da garagem e assim empregar para outro empregado que bem entender. Se isso já não fosse uma incoerência, a nova da Agência é surreal: agora, ex-empregado que saiu no PDV tem garagem com direito a nome na placa e tudo. Pior, um ex-empregado que saiu no PDV e continua prestando serviço terceirizado para a Celesc lá em Florianópolis, para o Diretor Comercial Eleito. Enquanto isso, celesquianos do quadro próprio e no efetivo exercício das funções permanecem com o carro na rua. Que beleza!

Foto: Intercel



Vaga de garagem destinada ao motorista do Diretor fica vazia a semana inteira enquanto trabalhadores não podem estacionar dentro da empresa por "falta de vaga"

CELESC

## Audiência Pública sobre a Celesc é aprovada na ALESC

Mesmo sem a assinatura dos deputados da base do governo, a Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) aprovou o requerimento para a realização de uma Audiência Pública para debater a situação da Celesc e a necessidade de recomposição do quadro de pessoal para restabelecer o bom atendimento à sociedade que é marca dos mais de 55 anos da Celesc. A audiência pública foi pleiteada pelos sindicatos da Intercel, através do pronunciamento do representante dos empregados no Conselho de Administração da empresa, Jair Maurino Fonseca, no plenário da ALESC, comentando a manifestação dos trabalhadores que no dia 06 de março paralisaram as atividades em todo o estado protestando pela moralização da Celesc, com a recomposição do quadro de pessoal para atender as demandas da sociedade catarinense com qualidade. Apenas agora, meados de abril, que o resultado da manifestação dos trabalhadores conseguiu a atenção da base do governo. Mas não foi fácil. O requerimento aprovado que originará a Audiência Pública não foi assinado pelos deputados do governo, e agora é necessário que a data seja definida.

**"O requerimento aprovado que originará a Audiência Pública não foi assinado pelos deputados do governo, e agora é necessário que a data seja definida"**

Para os sindicatos da Intercel é fundamental que o governo do estado se una aos trabalhadores no debate da reestruturação da Celesc, buscando a manutenção da empresa pública, forte e responsável social. E para isso essa audiência não pode demorar!

CELESC

## População unida cobra investimentos da Celesc

Audiência Pública em Canoinhas debate necessidade de ampliação da rede e retomada da qualidade dos serviços prestados pela Celesc

Com a participação de quase duzentas pessoas, representando entidades públicas, empresas, sindicatos e comunidade de toda região do Planalto Norte, foi realizada na manhã do dia 12/04/2013 uma Audiência Pública com as Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), na Câmara de Vereadores de Canoinhas, com o propósito de discutir as constantes quedas de energia na região. A audiência contou também com a participação de quatro deputados estaduais: Antônio Aguiar (PMB), Maurício Eskudlark (PSD), Darci de Matos (PSD) e Sílvio Dreveck (PP). O presidente da CELESC, Cleverton Siewert, iniciou os trabalhos apresentando a situação atual da empresa na região. Cleverton reconheceu as dificuldades da empresa no tocante aos piques de energia que levam aos constantes desligamentos. Disse que muitas das falhas estão relacionadas à vegetação na rede (reflorestamentos), condições climáticas adversas, descargas atmosféricas, manutenção da rede e também a causas não identificadas. Não descartou, inclusive, o cadastramento de todos os fumicultores da região a fim de saber quais possuem estufas elétricas. Reclamou da burocracia por parte da Fundação do Meio Ambiente (Fatma) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) que não liberam as licenças ambientais para a conclusão da linha de transmissão e da subestação que está sendo construída em Papanduva. Ainda durante a audiência, o gerente regional da Fatma, Ivo Dolinski, falou que a infor-

Representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc fala à população



Foto: Intercel

SINERGIA

## Pensar, planejar e agir coletivamente



Durante dois dias (02 e 03/04) dirigentes e representantes sindicais do Sinergia estiveram reunidos em Florianópolis para avaliar e replanear as ações da entidade, cujo mandato da atual diretoria encerra-se em abril de 2014. Entre as prioridades definidas pelo grupo, no período de um ano, destacam-se a necessidade de melhorar o trabalho de base, de aprimorar os meios de comunicação com a categoria, de investir mais no processo de formação sindical e de aumentar o número de filiados(as).

mação não procedia, já que a licença havia sido expedida no mês de fevereiro. No final ficou claro que a solução definitiva dos problemas só se dará se forem realizados os investimentos que amenizem o vazio elétrico da região com a construção de uma nova subestação em Papanduva, uma linha de transmissão de 138 mil volts e outra subestação em Irineópolis. Infelizmente as inscrições para perguntas e participação direta na audiência foram limitadas, o que impediu um debate mais aprofundado da questão. O prefeito de Irineópolis, Juliano Pereira, chegou a pedir o número do telefone do presidente da Celesc. Segundo ele, assim poderia lhe encaminhar todas as cobranças que recebe dos agricultores na época da safra. "Se até ano que vem nada for feito, prometo que lhe passarei todas as reclamações que recebo quase que diariamente". O representante dos

**"A solução definitiva dos problemas só se dará se forem realizados os investimentos que amenizem o vazio elétrico da região"**

empregados no Conselho de Administração da Celesc, Jair Maurino Fonseca, lamentou que a Celesc que já foi num passado recente uma das melhores empresas do Brasil na pesquisa ABRADEE, no quesito atendimento ao consumidor, esteja passando por esta situação lastimável. "Os empregados que anteriormente tinham orgulho de trabalhar na Celesc, agora tem que evitar serem identificados como tal nos espaços públicos, sob pena de serem hostilizados". Jair cobrou do presidente celeridade na conclusão das obras e a contratação de pessoal, recompondo o quadro mínimo necessário para um bom atendimento dos consumidores.

# Para quem, cara pálida?



A equipe do Linha Viva entrevistou, durante as Jornadas Bolivarianas, o Secretário de Políticas e Campanhas da BWI (Building and Wood Workers), Eddie Cottle (foto), sobre os impactos da Copa do Mundo para a população brasileira.

Africa do Sul e Brasil são quase iguais no grau de miséria dos seus pobres e idênticos no nível de desigualdade entre seus ricos (poucos) e miseráveis (muitos, Tem ainda em comum o fato de sediarem uma Copa do Mundo de Futebol. Se aproveitarem a experiência dos sul-africanos, os brasileiros podem aprender algumas coisas úteis, como por exemplo, a não ficarem presos ao nacionalismo. O Brasil está construindo a Copa do Mundo mais cara da história (suplantada até o momento apenas pelo evento sediado pelo Japão em 2002). É natural os brasileiros desejarem organizar uma Copa impecável. Mas esta preocupação com o Brasil não "fazer feio" pode nos fazer perder de vista o que é mais importante: a qualidade de vida e o desenvolvimento social dos brasileiros.

"Valorizem vossos trabalhadores. Entendam com toda clareza possível que existe muito dinheiro circulando no sistema e que este dinheiro que deve ser distribuído para quem trabalha. Observem o papel da Fifa na acumulação e globalização capitalista". Quem aconselha é Eddie Cottle, secretário de políticas e campanhas da BWI (Building and Wood Worker's International), entidade que abriga 12 milhões de trabalhadores da construção civil no mundo inteiro. Ele esteve semana passada em Florianópolis participando, da 9ª edição das Jornadas Bolivarianas, promovida pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos, IELA, na reitoria da UFSC. Este ano as jornadas analisaram a questão dos "megaeventos esportivos: impactos, consequências e legados para o continente latino americano".

"Temos que ser realistas. A nação brasileira não irá lucrar com a Copa. Ao contrario, ao país caberá apenas os gastos, subsídios, aumento de impostos, para construir estádios e obras faraônicas que nada acrescentarão ao dia a dia da população. Para piorar as coisas, tudo é importado inclusive os trabalhadores mais especializados da Alemanha, e da China. As poucas obras de infraestrutura não são para todos. Lucram com elas as grandes construtoras organizadas em cartéis internacionais. Outros que lucram são os patrocinadores oficiais da Fifa".

Para os sul-africanos não houve "legado" da Copa de 2010 na África do Sul. Só houveram impactos e depois que a festa acabou ficaram as dívidas, os encargos e a inflação. "E não foi só a dívida pública, que é de todos mas também as individuais. A população comprou tvs moderníssimas, camisetas, tênis, pagaram ingressos a preço altíssimo para assistir um esporte que não entendem bem como funciona. Todas estas contas ainda estão sendo pagas."

A Copa sul-africana deveria custar aos cofres do país 2,5 bilhões de rand. Acabou consumindo 40 bilhões. Hoje, passados quatro anos, os municípios onde foram construídos os estádios estão com sérios problemas para resolver. Tanto que pensam em demolir estas estruturas por que sua manutenção é muito cara. Um telhado "ultrahightech" precisa ser trocado a cada 20 anos. É feito todo com uma tecnologia que não entendemos e só utilizam materiais importados caríssimos", explica Cottle. Ele conta ainda que o tão esperado incremento do turismo internacional foi um fiasco. No total só repôs de 8 a 12% do que foi investido. Quem movimentou a Copa na verdade foi o turismo interno, não o internacional."

A Copa foi uma festa que passou e deixou dívidas e elefantes brancos. Mas para o movimento sindical sul-africano e mundial ela representou um grande avanço. Os trabalhadores temporários, depois de várias greves, conseguiram aumento salarial de 4% acima da inflação, imensas melhorias em termos de saúde e segurança do trabalho (apenas duas mortes) e tiveram sua voz amplificada pela grande imprensa mundial que cobria a movimentação no país, tanto que foram recebidos pelo presidente da Fifa, Blatter na Suíça. 27 mil novos trabalhadores se associaram a BWI e a população apoiou todas mobilizações.

"Ao final a Fifa concedeu apenas dois tíquetes para os cerca de 14 mil trabalhadores envolvidos nas construções da Copa." Mas isso não esmorece a BWI que agora está iniciando a organização de trabalhadores no Qatar e Rússia as futuras sedes da Copa". A entidade iniciou também um movimento mundial para sindicalizar os trabalhadores informais. "No Brasil estamos atuando há algum tempo, mas os trabalhadores aqui estão muito divididos. Os sindicatos tem que entender quais são as implicações de sediar mega eventos esportivos. A FIFA e os patrocinadores oficiais e os megacartéis de construtoras querem apenas aumentar a taxa de exploração, tirar o lucro máximo, no menor espaço de tempo possível. Esta é a dinâmica deles. Nos, por outro lado, devemos desenvolver uma estratégia que seja positiva para maximizar os ganhos dos trabalhadores, devemos ser capazes de proteger o nosso desenvolvimento sociais.

Até hoje ninguém teve ganho de PIB por sediar uma Copa Mundial"



"Temos que ser realistas. A nação brasileira não irá lucrar com a Copa. Ao contrario, ao país caberá apenas os gastos, subsídios, aumento de impostos, para construir estádios e obras faraônicas que nada acrescentarão ao dia a dia da população"